ARLEI WICLIF LEAL DA SILVA

**Direito à Liberdade de Religião: uma análise coveriana sobre a situação
das Testemunhas de Jeová na Rússia**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Ari Marcelo Solon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

ARLEI WICLIF LEAL DA SILVA

**Direito à Liberdade de Religião: uma análise coveriana sobre a situação
das Testemunhas de Jeová na Rússia**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Associado Dr. Ari Marcelo Solon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

**Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Silva, Arlei Wiclif Leal da

Direito à liberdade de religião: uma análise coveriana sobre a situação das testemunhas de Jeová na Rússia / Arlei Wiclif Leal da Silva. – São Paulo : USP / Faculdade de Direito, 2018.

113 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
Orientador: Ari Marcelo Solon.

1. Liberdade Religiosa. 2. Significado Jurídico. 3. Direito. 4. Religião. 5. *Nomos*. I. Solon, Ari Marcelo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos, pelo incentivo e apoio constantes. Também à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e às pessoas com quem convivi durante esses anos de aprendizagem, responsáveis pela formação, conhecimento e experiência adquiridos.

Agradeço, ademais, aos professores que me acompanharam durante a graduação e pós-graduação, sobretudo àqueles que brilhantemente colaboraram para a realização deste estudo. Igualmente, aos colegas de profissão, pelo estímulo e sugestões ortográficas, em especial, à Marcela e à Mariana.

Finalmente, ao Professor Doutor Ari Marcelo Solon, com quem partilhei o broto do que se tornou o presente trabalho, e para quem devo, humilde e profundamente, distinto agradecimento pela generosa, honrosa e sábia orientação, além da confiança e dedicação. Os ensinamentos dispendidos por tão ilustre mestre foram essenciais para a conclusão desta singela investigação.

DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado a todos que, mediata ou imediatamente, colaboraram para sua realização e conclusão.

De proêmio, à Rute, minha genitora e primeiro exemplo de ser humano, que sempre torceu por meu desenvolvimento pessoal e profissional. Também aos meus irmãos e cunhadas, que constantemente apoiam todas as minhas decisões e realizações.

Em especial, à Roberta, minha esposa, que, com muito carinho, paciência e dedicação, não mediu esforços para colaborar com os meus trabalhos acadêmicos, notadamente aqueles que convergiram na conclusão deste estudo.

E, por fim, à memória de meu pai.

[...] onde há liberdade de religião há governo democrático e pluralista, caracterizado pela tolerância e o respeito à dignidade da pessoa humana. Onde há tirania, a primeira liberdade a sucumbir é a liberdade de religião, de culto e crença e expressão da fé¹.

¹ AZEVEDO, David Teixeira de. *A Liberdade Religiosa e o Proselitismo*. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (Coordenadores). *Direito Penal na Pós-Modernidade*. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p.153.

RESUMO

SILVA, Arlei Wiclif Leal da. Direito à Liberdade de Religião: uma análise coveriana sobre a situação das Testemunhas de Jeová na Rússia. 2018. 113 folhas. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente estudo tenciona explorar, à luz da teoria de Robert Cover – influente autor da filosofia e teoria constitucional estadunidense –, a decisão exarada em 2017 pela Suprema Corte Russa que determinou a liquidação da organização das Testemunhas de Jeová naquele país, com consequente proibição de suas atividades e submissão de seus bens ao confisco. Com esse propósito, colima-se, de proêmio, sondar alguns dos principais elementos conceituais, históricos, normativos e doutrinários concernentes à liberdade de religião, no contexto do Estado Democrático de Direito, além de perscrutar os mais importantes fundamentos da aludida deliberação jurisdicional, confrontando-os, por fim, com a ideia coveriana de *nomos* e narração. Nesse compasso, o trabalho procura desenvolver, breve e despretensiosamente, a concepção de que o direito não deve sucumbir à supremacia da hermenêutica positivista da jurisdição, que silencia o impulso jusgenerativo decorrente da experiência histórico-cultural de comunidades que reivindicam a soberania de interpretar as relações que estabelecem com o sistema jurídico estatal a partir de sua própria narração, constituinte, vale dizer, de sua identidade. Objetiva-se, portanto, interceder em favor do caráter não privilegiado do significado jurídico estatal, isto é, da narrativa oficial que acompanha as normas a cujo cumprimento se submetem, inclusive, grupos que elaboram distintos significados resultantes de sua própria historicidade.

Palavras-chave: Liberdade Religiosa, Significado Jurídico, Direito, Religião, *Nomos*.

ABSTRACT

SILVA, Arlei Wiclif Leal da. Right to Freedom of Religion: a Coverian analysis of the situation of Jehovah's Witnesses in Russia. 2018. 113 pages. Master - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The present study intends to explore, in the light of Robert Cover's theory - an influential author of American philosophy and constitutional theory - the decision of the Russian Supreme Court in 2017 that ordered the liquidation of the organization of Jehovah's Witnesses in that country, with a consequent prohibition of their activities and submission of their properties to confiscation. To this end, it is proposed to probe some of the main conceptual, historical, normative and doctrinal elements concerning freedom of religion in the context of the Democratic State of Law, in addition to examining the most important foundations of the aforementioned jurisdictional deliberation, with the Coverian idea of *nomos* and narration. At this point, the work seeks to develop, briefly and unpretentiously, the conception that law should not succumb to the supremacy of the positivist hermeneutics of jurisdiction, which silences the jusgenerative impulse arising from the historical-cultural experience of communities that claim sovereignty to interpret relations that they establish with the state legal system from their own narration, constituent, that is, of their identity. The objective is, therefore, to intercede in favor of the non-privileged character of the state legal meaning, that is, of the official narrative that accompanies the norms to the fulfillment of which even groups that elaborate different meanings resulting from their own historicity are submitted.

Keywords: Religious Freedom, Legal Meaning, Law, Religion, *Nomos*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	13
1.1 A Religião e sua Interação Histórica com o Direito	13
1.2 A Religião como Direito no Estado Democrático Laico	21
1.3 O Perfil do Direito de Religião: a liberdade religiosa e suas vertentes.....	27
1.4 A Evolução da Liberdade Religiosa no Brasil	37
2 AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ NO ESTADO RUSSO.....	46
2.1 A Organização Religiosa.....	46
2.2 A Liquidação das Testemunhas de Jeová na Rússia	48
2.3 Os Efeitos da Decisão Proferida pela Suprema Corte Russa e sua Repercussão Internacional.....	56
2.4 Análise do Proselitismo Classificado como Extremista pela Decisão Russa	62
3 DIREITO, VIOLÊNCIA E NARRAÇÃO: UMA ANÁLISE DA TEORIA COVERIANA.....	70
3.1. Nota Biográfica	70
3.2 <i>Nomos</i> e Narração	73
3.2.1 O Paralelo com o Paradigma Científico de Kuhn	78
3.2.2 O Caráter Não Privilegiado do Significado Jurídico Estatal.....	84
CONCLUSÕES.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

INTRODUÇÃO

Já nos primórdios da humanidade, o ser humano procurava intervir nas diversas realidades que o cingiam com o intento de efetivar suas mais legítimas aspirações; e a religião surge, nesse contexto, como o mais pretensioso fundamento de compreensão e transformação do mundo. A postura humana frente às distintas problemáticas naturais e sociais incorporou, por conseguinte, características baseadas nas crenças, princípios e valores hieráticos então desenvolvidos, de tal modo que a percepção da Antiguidade não pode prescindir do reconhecimento da influência religiosa na cosmovisão e na estrutura social, política e jurídica das comunidades despontadas na ocasião, sobretudo pela ausência de nítida separação entre os variados componentes culturais. Com efeito, se voltarmos nosso olhar para a origem da vida social humana, verificaremos uma notória sujeição das sociedades primitivas ao seu sistema religioso, sendo muitos os agrupamentos vetustos que se desenvolveram a partir de instruções deíficas, as quais determinavam sobremaneira sua organização sociopolítica.

Conquanto indiscutível a associação dos componentes culturais em civilizações arcaicas, constata-se que, no curso da história ocidental, esse paradigma se alterou, fazendo prevalecer, majoritariamente, uma patente desagregação dos vários âmbitos da cultura. Tal dissociação representou um dos principais suportes para o desenvolvimento da ciência político-jurídica do Ocidente, permitindo, de certa maneira, que as teorias e os sistemas de ordem jurídico-sociais deixassem de pautar-se exclusivamente na autoridade sagrada da tradição religiosa e passassem também a instituir-se sobre critérios próprios da racionalidade e da vontade humanas, restando gradativamente reduzida a hegemonia política da religião nos Estados modernos e arrefecido o poder místico sobre a direção dos agrupamentos sociais, embora não se possa desprezar o fato de que a religião nunca deixou de constituir uma relevante fonte de conteúdo para a tradição jurídica contemporânea, já que o conteúdo valorativo das crenças religiosas predominantes ainda compõe, em razão do atavismo, a substância do direito.

A questão religiosa, nessa nova composição, teve de ser reproposta em termos de separação, pois, com a insurgência e coexistência de uma multiplicidade de visões de mundo, a busca do fundamento da convivência social se colocou num plano mais universal e abstrato, o que impediu a adoção de uma única perspectiva religiosa pela composição estatal, da qual se exigiu, cada vez mais, uma postura de neutralidade que obstaculizasse

qualquer mensagem de preferência ou juízo de exclusão em relação a alguma expressão, posição ou confissão ideológico-religiosa, ainda que minoritária.

Esse discurso, circunscrito pela denominada laicidade, além de reconhecer a influência histórico-hierática sobre as estruturas da sociedade, não asfixia nem inviabiliza a dimensão religiosa das pessoas, colocando-se a serviço da liberdade (individual e coletiva) e apresentando-se contrário a eventual fundamentalismo secular direcionado em desfavor da religião, sustentáculo sobre o qual se estabeleceu um indispensável direito que fora consagrado em diversas Constituições de países democráticos e consignado em inúmeros tratados internacionais, qual seja, a liberdade religiosa, cujo respeito representa, de certo modo, deferência à história e à cultura de uma sociedade, pois, como já indicado, não se pode rejeitar a força e influência da religião no desenvolvimento da humanidade.

Convém sublinhar que a liberdade de religião apresentou-se expressa, ainda que limitada a uma de suas acepções, dentre o grande número de direitos primordiais assinalados no século XVIII, o que certifica o reconhecimento de sua importância, pertinente até mesmo para a proclamação francesa de 1789, desde quando se observou gradual dilação de sua proteção, de sorte que suas garantias tornaram-se progressivamente completas e universais, e a relevância de sua discussão acentuada, em razão, sobretudo, da intensidade e gravidade dos conflitos religiosos verificados ao redor do mundo, os quais refletem a incomplacência e intolerância manifestadas pela discriminação, violência e até mesmo pelas medidas e mecanismos estatais criados pelas legislações e jurisprudência locais para sufocar as minorias que buscam a plena vivência do direito de religião, como tem ocorrido, por exemplo, na Rússia, com as Testemunhas de Jeová, a cujo caso o presente trabalho se dedica.

Justificado por tais proposições, o estudo assente tenciona explorar, à luz das ideias de Robert Cover – influente autor da filosofia e teoria constitucional estadunidense – os principais fundamentos da decisão exarada pelo Supremo Tribunal da Federação Russa em 20 de abril de 2017, confirmada pelo Conselho de Apelação da Corte, que determinou a liquidação da organização das Testemunhas de Jeová naquele país, com consequente proibição de suas atividades e submissão de seus bens ao confisco.

A deliberação jurisdicional originou-se de reivindicação proposta pelo Ministério da Justiça Russo, o qual defendeu que as atividades da entidade religiosa representavam uma ameaça para os direitos das pessoas e para a ordem e segurança públicas, além de violar as metas, os objetivos e a legislação daquele Estado. No processo, foram analisados diversos materiais distribuídos pela organização para divulgação de sua fé, identificadas,

nos quais, informações consideradas incitadoras do ódio, por assumir postura proselitista e qualificar a superioridade das pessoas com base em sua atitude e comprometimento religiosos.

O procedimento judicial, cuja decisão satisfaz a pretensão da parte autora, exprime uma tempestuosa relação entre a organização em questão e o Estado russo, o qual restringe a liberdade religiosa das Testemunhas há anos, aplicando sua Lei Contra as Atividades Extremistas em desfavor da entidade, tanto nas instâncias administrativas quanto nas judiciais, sobretudo a partir de 2006, quando o enunciado jurídico da mencionada lei foi modificado e a definição de extremismo se estendeu para as atividades que incentivam a discórdia, não se limitando mais aos atos violentos.

Conquanto a defesa da organização tenha suscitado dispositivos constitucionais garantidores do direito à liberdade de religião, em todas as suas vertentes, a Suprema Corte Russa concluiu que as atividades das Testemunhas de Jeová impelem à supressão dos direitos, liberdades e interesses legítimos de terceiros, e à violação da ordem e segurança públicas, pois incitam e propagam ódio e inimizade social e religiosa.

Inspirada pela teoria e conceitos coverianos, a investigação se propõe a perquirir o caso levado à mais alta Corte russa e averiguar se a interpretação jurisdicional relativa à linguagem da norma se conduziu pelo texto constitucional, pelas correntes internacionais de direitos fundamentais e pelas histórias que as Testemunhas contam, as vidas que vivem e a lei ou interpretação jurídica que criam. Em suma, objetiva-se, breve e despretensiosamente, indagar se a substantiva interferência na autonomia nômica da organização religiosa simboliza violência e injustificada imposição de uma narrativa oficializada e pretensiosamente superior que desqualifica e desrespeita os propósitos de um Estado de Direito.

Para tanto, utilizar-se-á de pesquisa jurídico-teórica e exploratório-bibliográfica, com base em consulta a livros, decisões judiciais, periódicos e outras fontes que sustentem e esclareçam os aspectos conceituais da temática, apresentando as hipóteses, entendimentos, argumentos e dados atinentes ao assunto proposto.

Cumprido, ainda, ressaltar que o presente estudo divide-se em três capítulos, iniciando-se com uma discussão a respeito da liberdade religiosa no Estado Democrático de Direito, salientando seu perfil, desenvolvimento histórico e principais conceitos relacionados, com sucinta digressão a respeito de sua evolução no contexto brasileiro.

O segundo capítulo, por seu turno, examina a situação das Testemunhas de Jeová no Estado russo, esquadrinhando alguns dos principais fundamentos jurisdicionais que

levaram à liquidação da organização religiosa no país, além dos efeitos da decisão e sua repercussão no cenário internacional.

Derradeiramente, explora-se a teoria de Robert Cover, em especial, sua concepção de *nomos* e narração, com vistas à aplicação de seu pensamento no caso em análise e indagação do caráter não privilegiado do significado jurídico estatal.

CONCLUSÕES

Evidenciada a força histórica da religião e sua influência no desenvolvimento sociocultural humano, o respeito à religiosidade dos indivíduos pertencentes a uma sociedade constitui deferência a sua historicidade e atavismo estruturante, representando, a concernede liberdade, precioso direito fundamental e uma das grandes fontes de dignidade humana, garantida, em especial, pelo Estado Democrático Laico.

Conquanto não se discuta a necessidade de eventual intervenção estatal nas atividades de organizações religiosas que ponham em risco a ordem pública e a segurança e vida das pessoas, tais premissas não devem levar ao exagero ou abuso da interferência governamental, que precisa manter-se imparcial, comedida, fundamentada e transparente, de modo a possibilitar a realização democrática da mais ampla liberdade de religião e oferecer espaço para a geração de significados jurídicos extraoficiais, ainda que conflitantes com os desenvolvidos pelo Estado.

Na esteira dos ensinamentos de Robert Cover, a autonomia das diversas comunidades integrantes de uma sociedade deve ser celebrada, além de valorizado o engajamento de seus membros com o projeto de criar, nutrir e submeter-se a normas e narrativas independentes da aprovação estatal, não sendo, pois, uma política de profilaxia religiosa, disfarçada de combate ao extremismo, suficiente para suprimir a insularidade nômica de grupos comprometidos com sua história e conteúdo ético-religioso.

O resultado do caso levado à Suprema Corte Russa não se compatibilizou com a visão inclusiva, nem honrou as comunidades insulares, ameaçando-as, no entanto, com invasões injustificadas, sobretudo se considerarmos o caráter não privilegiado do significado jurídico estatal. A violência que acompanhou a decisão de proibir as atividades das Testemunhas de Jeová na Rússia se despiu da básica tolerância com a qual um Estado de Direito deve se comprometer, haja vista a crescente pluralidade de cosmovisões encontradas nas mais diversas sociedades civis.

As notícias apontadas no presente estudo evidenciam uma lancina repressão do Estado Russo aos direitos fundamentais dos membros da associação religiosa, resultante das decisões administrativas e judiciais que culminaram no julgamento realizado pela Corte Suprema do país. Com efeito, ao considerar extremistas e criminosas as atividades das Testemunhas de Jeová, o assédio a seus membros foi legitimado e fortalecido, aumentando a hostilidade e a desconfiança contra a entidade.

Embora o direito à religião não ostente caráter absoluto, notadamente em razão da convivência das muitas liberdades e do respeito à ordem pública, não se constata, no caso telado, colisão com direitos outros que justifique a conclusão de extinguir a organização e proibir suas atividades, porquanto as práticas das Testemunhas não desbordam dos limites do exercício das liberdades em geral.

Por certo, os integrantes da comunidade almejam converter o maior número possível de pessoas, perseguindo, por isso, objetivo universalista, como grande parte das igrejas e denominações cristãs, de modo que a máxima profusão dos ideais, crenças e práticas da associação constitui marcante característica das Testemunhas, informação esta que não poderia ter sido desprezada pela deliberação jurisdicional.

De mais a mais, conforme a doutrina coveriana, o mundo do direito é um mundo plural, subsistindo diversos significados jurídicos criados pelas mais variadas narrativas, havendo, pois, uma multiplicidade de *nomos*. Essa compreensão não nega a existência de um discurso hegemônico, geralmente assumido pelo Estado, mas reconhece o espaço e a importância das narrativas extraoficiais. Ressalta-se, por oportuno, que a norma jurídica convive com as narrações e interpretações que a situam e a significam, e a predominância de determinada narrativa ou significado não deve suprimir, extinguir ou prejudicar, a todo custo, a existência de outros *nomos* presentes na sociedade. Noutras palavras, todas as narrativas devem ser consideradas relevantes para o significado da norma, cuja aplicação deve respeitar as compreensões dos grupos aos quais se destina.

Como já aduzido, as narrativas das Testemunhas de Jeová na Rússia edificam a personalidade religiosa de seus membros, além de sua postura pessoal e social, circunstância a partir da qual deveria ter sido interpretado, pelos juízes da Suprema Corte Russa, o comprometimento destes fieis à legislação e Constituição locais, equivalendo dizer que a compreensão do significado jurídico deveria ter sido associada ao *nomos* daquela comunidade, pois práticas religiosas pacíficas e de boa-fé não podem ser derogadas pela simples reivindicação de um entendimento estatal/judicial.

Os integrantes da organização em comento submetem-se à prática de uma fé comum, que se sustenta por tradições e concepções reverenciadas e compartilhadas há gerações. A compreensão de mundo que emerge dessa conjuntura constitui a vida dos fieis, e fundamenta sua existência e a interação com o sistema político que hospeda o agrupamento religioso de que participam. E considerado o traço não privilegiado das narrativas estatais, as autoridades governamentais devem, preferencialmente, respeitar o significado jurídico desenvolvido pelas comunidades periféricas e possibilitar que seus

membros vivenciem suas premissas, práticas e prescrições, sobretudo se manifestamente plácidas, como no assente caso.

Convém inferir, com base na percepção coveriana, que a Suprema Corte da Rússia rompeu temerariamente com o significado jurídico que divergia do oficialmente adotado, pois deixou de considerar o contexto nômico das Testemunhas de Jeová na aplicação e interpretação da Lei Federal de Combate ao Extremismo, ampliando demasiadamente o conceito de atividade extremista e impondo, autoritária e soberanamente, o entendimento estatal da Lei sem incorporar, à compreensão jurisdicional, a narrativa resultante da experiência histórico-cultural da entidade contra a qual litigou o Ministério da Justiça Russo.

A solução encontrada pelo aludido tribunal subordinou a criação do significado jurídico ao interesse daquilo que denominou “ordem pública”, agindo violentamente contra a propalada “desordem privada” dos membros da associação religiosa. Os juízes que funcionaram no caso invocaram o princípio da deferência a um entendimento oficializado por eles considerado superior, dando eficácia plena às interpretações administrativas e judiciais que circunscreveram a autoridade dos detentores da violência estatal.

Com a conclusão da Corte, o direito sucumbiu à supremacia da hermenêutica positivista da jurisdição, de tal sorte que o impulso jusgenerativo decorrente da experiência histórico-cultural das Testemunhas foi silenciado, restando legitimada a coerção governamental, posto que os atos interpretativos dos juízes aprumaram-se com os desejos e interesses daqueles que controlam a repressão e o poder oficializado e apresentam suas normas e narrativas como primazes e obrigatoriamente eficazes para toda a sociedade, esvaziando, vale dizer, as cláusulas constitucionais de liberdade religiosa e extinguindo a autonomia paideica da organização, cujos membros foram impedidos de exercer indispensáveis direitos fundamentais reconhecidos internacionalmente. A abordagem interpretativa adotada pelo sistema administrativo e judicial russo antagonizou-se e se desenquadrou da narrativa constitucional de amparo e proteção às basilares liberdades individuais e coletivas, marginalizando as compreensões de mundo consideradas discrepantes e condicionando sua existência ao efêmero e inconstante alvedrio dos que, pretensiosamente, fazem prevalecer, sob a máscara da oficialidade e com o uso do violento aparato estatal, seu rompante, ganancioso e autocentrado interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACN (*Aid to the Church in Need*). *Rússia: relatório da liberdade religiosa (2018)*. Disponível em: <<https://www.acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa/russia/>>. Acesso em: 30 nov. 2018 às 15:20.

_____. *Uma Ponte de Amor entre Quem Pode Ajudar e Quem Precisa de Ajuda*. Disponível em: <<https://www.acn.org.br>>. Acesso em: 30 nov. 2018 às 13:57.

ALVES, Rubem. *O que é religião?* 7. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

As Testemunhas de Jeová são cristãs? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-sao-cristas/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 16:17.

Ataque contra liberdade religiosa, que já dura uma década, se intensifica na Rússia. JW.ORG. 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/noticias/casos-juridicos/por-regiao/russia/ataque-liberdade-religiosa-se-intensifica/>>. Acesso em: 30 jul. 2018 às 16:28.

AZEVEDO, David Teixeira de. *A Liberdade Religiosa e o Proselitismo*. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (Coordenadores). *Direito Penal na Pós-Modernidade*. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p.151-158.

BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. IV. Tomo I. 1877. Disponível em: <<http://sistemas.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/169>>. Acesso em: 27 ago. 2018 às 14:30.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1988-1989.

BAZAGLIA, Paulo (coordenação editorial). *Bíblia do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2002. Tradução: Ivo Storniolo, José Bortolini e José Raimundo Vidigal.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções*. 25 nov. 1981.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecElimFormIntDisc.html>>. Acesso em: 03 set. 2018 às 16:48.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 5.105, de 3 de Outubro de 1872: publicação original*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5105-3-outubro-1872-551417-publicacaooriginal-67931-pe.html>>. Acesso em: 03 set. 2018 às 11:34.

BRASIL. Planalto Central. *Código Criminal do Imperio do Brazil*. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 11:41.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:26.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição da República dos Estados unidos do Brasil*. 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:06.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 14:21.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:50.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:35.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:46.

BRASIL. Planalto Central. *Constituição Política do Império do Brasil*. Carta Lei de 25 de Março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 10:35.

BRASIL. Planalto Central. *Emenda Constitucional nº 1. 17 out. 1969*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 13:56

BRASIL. Planalto Central. *Pacto Internacional Sobre Direitos Civis E Políticos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 13 ago. 2018 às 14:55.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 979.742/AM*. Relator Ministro Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5006128>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 15:17.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Ordinário em Habeas Corpus 134.682 / BA*. Relator Ministro Edson Fachin. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312556698&ext=.pdf>>. Acesso em 23 out. 2018 às 10:27.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF vai decidir se liberdade religiosa justifica custeio de tratamento de saúde pelo Estado*. 07 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=351690>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 14:03.

CHINOY, Ely. *Sociedade: Uma Introdução à Sociologia*. 19. ed. Tradução: Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1993.

Como a obra das Testemunhas de Jeová é financiada? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/obra-financiada/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 13:10.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, Dilvanir José da. *Quarenta Séculos de Codificação Civil*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 41, n. 163, p. 185-192, jul./set. 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/988/R163-13.pdf?sequence=4>>.

Acesso em 30 jan. 2018, às 15:34.

COVER, Robert M. *Derecho, narración y violencia: poder constructivo y poder destructivo en la interpretación judicial*. Edição de Christian Coutis. Barcelona (Espanha): Gedisa, 2002.

_____. *Narrative, Violence and the Law: essays of Robert Cover*. Editado por Martha Minow, Michael Ryan e Austin Sarat. Michigan (EUA): *The University of Michigan Press*, 2005.

_____. *Nomos e Narração*. ANAMORPHOSIS Revista Internacional de Direito e Literatura. v. 2, n. 2, p.187-268, julho-dezembro 2016. Tradução: Luis Rosenfield. Disponível em:

<<http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/299/pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018 às 10:49.

DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. Tradução: Hermínio A. Carvalho. 3. ed. 2 tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Decisão do Supremo Tribunal da Rússia tem efeito negativo sobre as Testemunhas de Jeová. JW.ORG. 16 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/noticias/casos-juridicos/por-regiao/russia/decisao-supremo-tribunal-efeito-negativo-testemunhas-de-jeova/>>. Acesso em: 14 ago. 2018 às 16:47.

DURKHEIM, Émile. *As formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução: Paulo Neves. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Em Vídeo: Especialistas comentam sobre a possível proibição das atividades das Testemunhas de Jeová na Rússia. JW.ORG. 03 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/noticias/casos-juridicos/por-regiao/russia/especialistas-sobre-ameaca-proibir-atividades-testemunhas-de-jeova/>>. Acesso em: 20 ago. 2018 às 14:13.

EUA. Comissão dos EUA sobre a Liberdade Religiosa (USCIRF). *RUSSIA: Jehovah's Witnesses Banned After Supreme Court Rejects Appeals: USCIRF Condemns the Banning of the Jehovah's Witnesses*. 17 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.uscifr.gov/news->

room/press-releases/russia-jehovah-s-witnesses-banned-after-supreme-court-rejects-appeals>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 17:24.

EUA. Departamento de Estado. Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho. *RUSSIA 2017 INTERNATIONAL RELIGIOUS FREEDOM REPORT*. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/281196.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018 às 11:30.

EUA. Departamento de Estado. *Respecting Religious Freedom in Russia*. 19 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2017/07/272679.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 16:14.

EUA. National Archives. *The Constitution of the United States: A Transcription*. Disponível em: <<https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript>>. Acesso em: 28 ago. 2018 às 15:53.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU. *Imprensa Oficial. Convenção de Xangai relativa ao Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo*. Disponível em: <<http://www.io.gov.mo/pt/legis/int/rec/1185>>. Acesso em: 13 ago. 2018 às 15:14.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. 2. ed. Tradução: George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mora. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAMURABI, Rei da Babilônia. *O Código de Hamurabi*. 2. ed. Introdução, tradução e comentários: E. Bouzon. Petrópolis: Vozes, 1976.

JELLINEK, Georg. *The Declaration of the Rights of Man and of Citizens: a contribution to modern Constitutional history*. Tradução de Max Farrand. New York: Henry Holt and Company, 1901. Disponível em: <<https://archive.org/details/declarationofrig00jelluoft>>. Acesso em: 27 ago. 2018 às 16:56.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAZARI, Rafael José Nadim de; BERNARDI, Renato; LEAL, Bruno Bianco (organizadores). *Liberdade Religiosa no Estado Democrático de Direito: questões históricas, filosóficas, políticas e jurídicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Sociologia Jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967*. Tomo V. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

MOREIRA, Vital. *A Liberdade de Pensamento, de Consciência e de Religião: uma perspectiva europeia*. In: ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (organizador). *Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: diálogos contemporâneos*. Salvador: JusPodivm, 2013. p.621-657.

O dinamarquês preso e acusado de “extremismo” na Rússia por ser testemunha de Jeová. BBC. 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43617236>>. Acesso em: 14 ago. 2018 às 17:36.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018 às 14:48.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José)*. 7-22 nov. 1969. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos.htm>. Acesso em: 03 set. 2018 às 17:01.

Por que as Testemunhas de Jeová não aceitam transfusão de sangue? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-testemunhas-jeova-nao-transfusao-sangue/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 13:35.

Por que as Testemunhas de Jeová não chamam seu local de reuniões de igreja? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-igreja-salao-do-reino/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 13:19.

Putin, Merkel struggle to move past differences in tense meeting. REUTERS. 02 mai. 2017. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-russia-germany-putin-syria/putin-merkel-struggle-to-move-past-differences-in-tense-meeting-idUKKBN17Y1JZ>>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 17:43.

Quem fundou a sua religião? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/fundador/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 11:26.

Quem são as Testemunhas de Jeová? JW.ORG. Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/>>. Acesso em: 24 jul. 2018 às 11:17.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. 5. ed. rev. e acres. Tradução: Professor L. Cabral de Moncada. Coimbra: Coleção STVDIVM, Armênio Amado Editor, 1974.

RAMOS, Marcelo Maciel. *Direito e Religião: reflexões acerca do conteúdo cultural das normas jurídicas*. Revista Meritum FUMEC, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 49-76, jan./jun. 2010. ISSN 2238-6939. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/article/view/891/673>>. Acesso em 23 jan. 2018, às 17:31.

REINO UNIDO. *Minister for Human Rights statement on Russian Supreme Court ruling*. 18 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/minister-for-human-rights-statement-on-russian-supreme-court-ruling>>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 16:52.

RIBEIRO, Milton. *Liberdade Religiosa: uma proposta para debater*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

ROULAND, Norbert. *Nos Confins do Direito: antropologia jurídica da modernidade*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RÚSSIA. Sistema Estatal de Informação Legal. *Decreto Presidencial nº 24 de 10 de janeiro de 2000*. Disponível em: <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&prevDoc=102129631&backlink=1&&nd=102063972>>. Acesso em: 30 nov. 2018 às 16:05.

RÚSSIA. Sistema Estatal de Informação Legal. *Lei nº 114-FZ Sobre o Combate à Atividade Extremista*. 25 jul. 2002. Disponível em: <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&nd=102079221&intelsearch=+%D4%E5%E4%E5%F0%E0%EB%FC%ED%FB%E9+%E7%E0%EA%EE%ED+%B9+114-%D4%C7>>. Acesso em: 14 ago. 2018 às 15:09.

RÚSSIA. Sistema Estatal de Informação Legal. *Lei nº 125-FZ Sobre a Liberdade de Consciência e as Associações Religiosas*. 26 set. 1997. Disponível em: <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&nd=102049359>>. Acesso em: 14 ago. 2018 às 15:01.

RUSSIA. Supremo Tribunal da Federação Russa. *Constitution of the Russian Federation (as amended on 21 July 2014)*. Disponível em: <<http://www.supcourt.ru/en/documents/constitution/>>. Acesso em: 07 ago. 2018 às 14:58.

RÚSSIA. Supremo Tribunal da Federação da Rússia. *Дело №АКПИ17-238*. Juiz Ivanenko Yu.G. Disponível em: <http://vsrf.ru/stor_pdf.php?id=1538264>. Acesso em: 17 jul. 2018 às 16:27.

RÚSSIA. Supremo Tribunal da Federação da Rússia. *Дело №АП17-216*. Juiza Presidente Manohina G.V. Disponível em: <http://vsrf.ru/stor_pdf.php?id=1564706>. Acesso em: 17 jul. 2018 às 16:38.

SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SOLON, Ari Marcelo. *Direito e Tradição: o legado grego, romano e bíblico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. *Hermenêutica Jurídica Radical*. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

_____. *Os Caminhos da Filosofia e da Ciência do Direito: conexão alemã no dever da justiça*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SORIANO, Aldir Guedes. *Liberdade Religiosa no Direito Constitucional e Internacional*. 1. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

SOUZA, Marcos Antônio de. *O Direito Hebraico Antigo*. In: WALKMER, Antonio Carlos (Organizador). *Fundamentos de História do Direito*. 8. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

TAVARES, André Ramos. *O Direito Fundamental ao Discurso Religioso: divulgação da fé, proselitismo e evangelização*. Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cjlp.org/direito_fundamental_discurso_religioso.html>. Acesso em: 23 out. 2018 às 14:09.

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM. *Convenção para Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*. In: Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018 às 14:36.

UNIÃO EUROPEIA. OSCE Permanent Council N° 1155. *PC.DEL/1069/17: EU statement on the upheld ban of activities of Jehovah's Witnesses in Russia*. Viena, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/pc_1155_eu_jehovahs_witnesses_in_russia.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 17:53.

UNIÃO EUROPEIA. OSCE Permanent Council N° 1185. *EU Statement on the Situation of Jehovah's witnesses in Russia*. Viena, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.osce.org/permanent-council/381820?download=true>>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 11:02.

UNIÃO EUROPEIA. OSCE Permanent Council N° 1185. *PC.DEL/576/18: Intensifying Crackdown on Freedom of Religion or Belief in Russia*. Viena, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.osce.org/permanent-council/381823?download=true>>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 15:01.

UNIÃO EUROPEIA. Serviço Europeu para Ação Externa. *Statement by the Spokesperson on the upheld ban of activities of Jehovah's Witnesses in Russia*. Bruxelas. 18 jul. 2018. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/30022/statement-spokesperson-upheld-ban-activities-jehovahs-witnesses-russia_en>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 17:04.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Ordenações Filipinas*. Livro V. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>>. Acesso em: 04 set. 2018 às 14:15.

USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*. França: 26 ago. 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. *Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia*. 16 jun. 1776. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html>>. Acesso em: 31 ago. 2018 às 17:22.

USP. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. *Tratado de Amizade, Commercio, e Navegação entre Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal e Sua Magestade Britannica Assignado no Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1810*. Lisboa: Impressam Regia, 1810. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7405>>. Acesso em: 03 set. 2018 às 09:52.

VESPAZIANI, Alberto. *O Poder da Linguagem e as Narrativas Processuais*. ANAMORPHOSIS Revista Internacional de Direito e Literatura. v. 1, n. 1, p.69-84, janeiro-junho 2015. Tradução: André Karam Trindade. Disponível em: <<http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 25 set. 2018 às 11:44.

WORLD HEADQUARTERS OF JEHOVAH'S WITNESSES. OFFICE OF GENERAL COUNSEL. *Special Report: Russia's Attack On Religious Freedom*. mar. 2017. Disponível em: <https://www.jw-russia.org/sites/default/files/russiareport_proof-3.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018 às 15:56.